

Jereissati: PF não pediu ajuda para rastrear dinheiro

Após se encontrar com presidente do BC, senador afirma que instituição tem condições de traçar a rota dos recursos usados na tentativa de compra de dossiê



Acompanhado de Heráclito Fortes (D), Tasso Jereissati busca esclarecimentos no Banco Central

Jane Araújo

O senador Tasso Jereissati considerou ontem “estranhíssimo” o fato de a Polícia Federal não ter recorrido à

ajuda do Banco Central para identificar a origem do dinheiro usado na frustrada tentativa de compra de um dossiê contra os candidatos

do PSDB a governador de São Paulo, José Serra, e a presidente da República, Geraldo Alckmin. **Página 3**

Moreira Mariz



Congresso, segundo a pesquisadora, deve dedicar um terço do trabalho à fiscalização

Congresso reforçará fiscalização, prevê especialista

A tendência internacional e o clima de enfrentamento político devem reforçar, em 2007, o papel do Congresso Nacional na

fiscalização e acompanhamento das ações do Poder Executivo. A previsão é da cientista política Leany Barreiro. **Página 4**

Jefferson apresenta na quarta relatório sobre Suassuna

Nem a falta de quórum impedirá a leitura do documento, segundo o próprio Jefferson Péres. Relatório terá de ser votado pelo Conselho de Ética e, depois, seguir para o Plenário do Senado. **Página 2**



A expectativa é que relatório de Jefferson seja votado ainda na quarta pelo conselho

José Cruz



Comissão deve votar proposta de nova política para o salário mínimo

Audiências públicas forneceram subsídio para a fixação de uma política permanente de reajustes. **Página 2**

Comissão Especial do Salário Mínimo expõe propostas

A Comissão Mista Especial do Salário Mínimo reúne-se na próxima quarta-feira, a partir das 10h, para votar o relatório final sobre a proposta do colegiado para uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Segundo o relator da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), o texto a ser votado representa a posição majoritária dos integrantes da comissão, composta por 12 senadores e 12 deputados, com contribuições de expositores das muitas audiências públicas que o colegiado realizou em Brasília e nas capitais da maior parte dos estados brasileiros.

Pelo relatório, o reajuste anual do salário mínimo não poderá ser



O relator Paulo Paim frisa contribuições colhidas em audiências públicas

inferior ao índice da inflação do ano anterior acrescido do dobro do aumento do PIB, também relativo ao ano anterior. O texto ainda recomenda que os aposentados recebam o mesmo índice de correção, ainda que ganhem mais de um salário mínimo.

Paim quer aposentadoria especial dos professores nas regras de transição

Paulo Paim (PT-RS) quer incluir as normas especiais para a aposentadoria dos professores, previstas na Constituição federal, nas regras de transição criadas pela Emenda Constitucional 47/05 (a PEC paralela). A proposta do senador aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser votada e enviada ao Plenário.

O texto (PEC 6/06) acrescenta

à Emenda Constitucional 47 norma estabelecendo que, para o professor que comprove tempo de efetivo exercício – exclusivamente nas funções de magistério, na educação infantil e no ensino fundamental e médio –, serão reduzidos em cinco anos os 35 anos de contribuição exigidos dos homens e os 30 anos de contribuição exigidos das mulheres, para conseguir aposentadoria com proventos integrais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Debates em Plenário

Às 9h, o Senado realiza sessão não-deliberativa, sem votação de matérias e destinada à leitura de expediente e pronunciamentos de parlamentares.

De acordo com relator do processo no Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar, falta de quórum para votações não impedirá leitura do documento

Jefferson Péres apresenta relatório sobre caso Ney Suassuna na quarta

Nem a falta de quórum para votações impedirá que o senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), leia o seu relatório conclusivo sobre o caso na próxima quarta-feira, às 10h. O aviso foi dado pelo próprio Jefferson no dia 20 de setembro, quando optou por adiar a leitura do texto por falta de número suficiente de senadores na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Embora a leitura do relatório possa ser feita sem o quórum de pelo menos oito dos 15 membros do colegiado (número mínimo exigido somente para votações), o senador achou melhor adiar a reunião, pois, segundo observou na ocasião, assunto “tão importante não poderia ser discutido sem a presença da maioria dos membros do conselho”.

Ney Suassuna está sendo investigado pelo Conselho de Ética porque teve seu nome citado no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por conduta incompatível com o decoro parlamentar. Para os membros da CPI, foram constatados indícios de que ele tenha participado da chamada máfia das ambulâncias. A expectativa é que o relatório seja votado ainda na quarta-feira e, em seguida, enviado ao Plenário, que poderá ratificar a decisão do conselho ou ainda modificá-la, seja ela pela cassação do mandato



Jefferson Péres: discussão deve ser feita pela maioria dos membros do conselho

de Suassuna, a aplicação de uma punição menor ou ainda pelo arquivamento do processo, se o colegiado entender que não houve quebra de decoro parlamentar.

Demais processos

Os processos disciplinares contra os senadores Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT), que também tiveram os nomes citados no relatório da CPI dos Sanguessugas, deverão ser encerrados até o fim de outubro. Em entrevistas recentes à Agência Senado, os relatores Demostenes Torres (PFL-GO) e Paulo Octávio (PFL-DF), que investigam, respectivamente, Malta e Serys, afirmaram estar concluindo a fase de depoimentos de testemunhas, para, a seguir, ouvir os próprios senadores investigados.

Segundo a assessoria de Paulo Octávio, o depoimento de Serys já está confirmado para a próxima quinta-feira, às 14h30, embora não conste ainda da agenda do

Conselho de Ética. Conforme relatório da CPI dos Sanguessugas, há indícios de que Paulo Roberto Ribeiro, genro da senadora, teria recebido propina da máfia das ambulâncias em troca da promessa de que Serys apresentaria emendas ao Orçamento para beneficiar o esquema de fraudes.

Também para a quinta-feira, às 10h, Demostenes Torres agendou oitivas em relação ao caso de Malta. Contra o senador capixaba pesam depoimentos da família Vedoin, acusada de ser a organizadora da máfia das ambulâncias, que alega ter dado ao parlamentar uma *van* como parte de pagamento de propina para a apresentação e a liberação de emendas ao Orçamento destinadas a beneficiar o grupo. Malta se defende das acusações afirmando que o Fiat Ducato teria sido um empréstimo pessoal do deputado federal Lino Rossi (PP-MT), que também está sendo investigado pela CPI.

Para rastrear o histórico do carro, Demostenes vai ouvir três ex-proprietários do veículo que pertenceria a Lino Rossi: Wyleron Moreira da Costa e os irmãos Valdir Agostinho Piran e Valcir José Piran. A pedido de Magno Malta, também será ouvido, como testemunha de defesa, o deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA). Em entrevista ontem à Agência Senado, o relator disse que o deputado deverá confirmar que ouviu Lino Rossi prometer que iria emprestar um carro a Malta.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Octávio e Marco Maciel



Nova votação aprofundará debate sobre as questões nacionais, diz Paulo Octávio

Paulo Octávio espera segundo turno no pleito presidencial

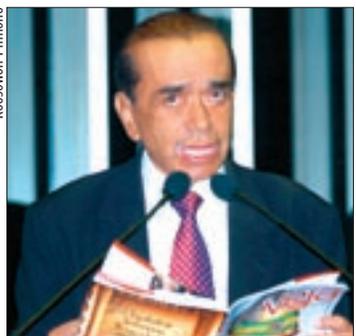
Paulo Octávio (PFL-DF) manifestou ontem, em Plenário, sua expectativa de que haja segundo turno na eleição para presidente da República. A oportunidade serviria, na sua opinião, para aprofundar o debate “sobre diferentes propostas e opções de futuro para o país”.

– O que falta ao país é um debate de idéias, que poderá se dar no segundo turno – disse Paulo Octávio, para quem esta eleição tem tudo para se tornar um marco de consolidação da democracia no Brasil. Em apertes, José Jorge (PFL-PE) e João Batista Motta (PSDB-ES) também defenderam a necessidade de segundo turno.

Motta destaca papel da imprensa na luta contra a corrupção

Mesmo ressaltando que erros e excessos podem acontecer no trabalho dos jornalistas, João Batista Motta (PSDB-ES) homenageou a imprensa brasileira afirmando que, não fosse ela, vários escândalos denunciados nos últimos anos não teriam chegado ao conhecimento da população.

– A imprensa foi responsável pela descoberta de todos os escândalos, como o dos Correios, o dos sanguessugas e o do mensalão. Ela desvendou todo o trâmite das irregularidades cometidas durante o atual governo petista – afirmou Motta. Ele apelou à população para que não reeleja Lula.



“Imprensa foi responsável por descoberta de todos os escândalos”, salienta Motta

Para senador, Polícia Federal “está sendo constrangida a não informar” sobre a origem do dinheiro para compra de dossiê

Jereissati: Bastos deve explicar por que PF não pediu ajuda ao BC

O presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), disse que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, teria de explicar por que a Polícia Federal (PF) não pediu ajuda ao Banco Central (BC) para identificar a origem do dinheiro que seria usado na compra de um dossiê supostamente envolvendo o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra, com a chamada máfia das ambulâncias.

– Isso é um absurdo! Isso é um escândalo e eu acho que o ministro da Justiça tem de responder a isso, hoje [ontem] ainda. Se não responder hoje, ele estará claramente dando a demonstração de que não está sendo, a seu gosto, republicano; pelo contrário, está sendo cúmplice de um crime. Aconselho ao ministro que, em nome da biografia dele, tome uma atitude e revele ao país, hoje ainda, o que ele sabe – disse Jereissati. Ele fez as declarações em entrevista à imprensa, após reunião, no Banco Central, com o presidente da instituição, Henrique Meirelles, na qual foi acompanhado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Na entrevista à saída do banco, Jereissati atribuiu a Meirelles a informação de que o BC tem condições de traçar todo o caminho percorrido pelo dinheiro que seria utilizado na compra do dossiê, o que ainda não fora feito por ausência de solicitação da Polícia Federal ou do Ministério

da Justiça, uma vez que esses dados são protegidos pelo sigilo bancário.

– Eu considero estranhíssimo que a Polícia Federal não tenha até hoje pedido ao Banco Central ajuda de informações para solucionar esse caso, o que me leva a crer, inclusive, que a Polícia Federal já sabe e, por alguma razão, está sendo constrangida a não informar. A minha razão é a questão eleitoral – frisou.

Tasso Jereissati informou que vai conversar com a bancada do partido para avaliar que providências poderão ser tomadas para que o ministro solicite as informações do Banco Central.

Nota

Em nota oficial, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), lembrou que, passados 14 dias da data em que a Polícia Federal flagrou pessoas ligadas ao PT com R\$ 1,7 milhão, para

a compra do suposto dossiê, a origem do dinheiro ainda não foi esclarecida. A liderança questiona se a entrada dos dólares no país foi ilegal e se a finalidade à qual se destinava era criminosa.

Também em nota divulgada ontem, o Banco Central esclareceu que a instituição não registra o número de série das cédulas utilizadas em operações por entidades autorizadas a operar com câmbio no país, na compra e venda de moeda estrangeira.

Explica ainda que essas instituições registram a compra e venda de moeda estrangeira em espécie no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen), pelo montante de cada operação e com o nome do comprador e do vendedor. Essas informações, diz a nota, são protegidas por sigilo bancário e o acesso a elas depende da autorização por autoridade competente.



Jereissati e Heráclito falam à imprensa após encontro com o presidente do Banco Central

Biscaia examina na terça-feira relatórios do Coaf

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), deverá examinar na próxima terça-feira relatórios de movimentações bancárias enviados pelo Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), com o objetivo de facilitar as investigações sobre a negociação de um dossiê – contra políticos do PSDB –, entre Luiz Antônio Vedoin e integrantes do PT.

Embora a secretária da CPI não tenha informado o conteúdo dos relatórios, a imprensa tem publicado que os documentos referem-se a retiradas acima de

R\$ 100 mil nos bancos Boston, Safra e Bradesco, instituições nas quais foram sacados R\$ 1,1 milhão dos R\$ 1,7 milhão encontrados pela Polícia Federal com petistas num hotel em São Paulo há duas semanas. O restante – em dólares, US\$ 248 mil – ainda tem origem incerta, mas suspeita-se que US\$ 110 mil tenham sido sacados no Banco Sofisa, de São Paulo.

O dinheiro estava com Valdebran Padilha e Gedimar Passos, no Hotel Ibis, próximo ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, segundo informações da PF, e teriam sido entregues a eles pelo então assessor da campanha

de Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda. Também estariam envolvidos na compra do dossiê Freud Godoy, ex-assessor pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; Oswaldo Bargas, ex-coordenador de programa de governo da campanha de Lula; Jorge Lorenzetti, analista de mídia e risco do PT e churrasqueiro do presidente; e Expedito Afonso Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil. O presidente do PT e ex-coordenador da campanha de Lula, Ricardo Berzoini, teria tomado conhecimento do dossiê, tendo por isso sido retirado da coordenação da campanha.



José Jorge: falta de explicação sobre dinheiro pode comprometer eleição

José Jorge diz que caixa dois leva a perda de registro

O senador José Jorge (PFL-PE) lembrou ontem à tarde, da tribuna, que a minirreforma eleitoral, aprovada este ano pelo Congresso, e admitida pelo Tribunal Superior Eleitoral para as próximas eleições, determina que, se comprovado o abuso de poder econômico com uso de recursos não contabilizados, será cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma.

Para José Jorge, o presidente Lula deve revelar a origem do R\$ 1,7 milhão que seria usado na compra de um dossiê do empresário Luiz Antônio Vedoin contra os candidatos tucanos José Serra e Geraldo Alckmin. Segundo José Jorge, a eleição de 1º de outubro terá sua legitimidade comprometida se o episódio não for explicado.

Heráclito critica conselheiros do presidente

Heráclito Fortes (PFL-PI) fez duras críticas a conselheiros que teriam orientado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando ele ainda pensava em comparecer a um debate realizado à noite pela TV Globo entre os presidentiáveis, ao qual o candidato à reeleição acabou não comparecendo.

Citando a coluna do jornalista Tão Gomes Pinto na internet, Heráclito sugeriu a Lula que deixasse as questões familiares fora do debate. Segundo o senador, a coluna revela a “molecagem” que os assessores de Lula pretendiam levar ao debate. “Com conselheiros como esses, onde é que o presidente vai parar?”, questionou.

Lingüista defende aproximação entre povos pelo idioma

Desde terça-feira a Câmara dos Deputados sedia o 7º Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), que se encerra hoje e reúne representantes de Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste para debater estratégias de cooperação técnica, principalmente quanto à modernização das casas legislativas.

A professora da Universidade de Brasília (UnB) Maria Marta Scherre, em palestra, ontem, no evento, observou que a língua deve ser um instrumento de aproximação entre diferentes povos e também cidadãos de comunidades que compartilham uma mesma fala, propósito que precisa ser definido como um ideal por todas as nações.

No evento, também foi palestrante ontem o secretário-geral da Assembléia de Cabo Verde, Eutrópio Lima da Cruz. Em discussão sobre o papel dos secretários-gerais, ele citou reflexões em que se colocou em relevo, para essa função, a atribuição de “gestor”, recrutado por processos especiais e contando com garantias no cargo.

– Cai o presidente do parlamento, mas permanece o secretário-geral – disse o palestrante, em referência a modelo que prevaleceria em países escandinavos.

O diretor-geral da Câmara dos Deputados do Brasil, Sérgio Sampaio, destacou diferenças entre a função no Parlamento brasileiro e nos demais integrantes da ASG-PLP. Em nosso país, observou, o secretário-geral responde pela assessoria direta do presidente nas questões regimentais, pela supervisão das comissões técnicas e da consultoria legislativa. Porém, cabe aos diretores-gerais a direção das áreas administrativa e financeira, que dão suporte à atividade parlamentar.

A programação de ontem incluiu ainda o lançamento do *Glossário Comparado de Termos Legislativos* e palestra do diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, William França, que anunciou o lançamento, em 15 dias, de um programa da Rádio Câmara com músicas de países de língua portuguesa, e, para novembro, a criação do Portal do Orçamento, no *site* da Câmara dos Deputados, cujo objetivo é dar maior transparência ao Orçamento Geral da União.

Clima de enfrentamento e tendência internacional, segundo pesquisadora, levam Poder Legislativo a ficar mais vigilante

Especialista prevê Congresso mais fiscalizador

Renovado pelas eleições de domingo, o Congresso Nacional deve reforçar, em 2007, os seus trabalhos de investigação e acompanhamento do Poder Executivo. Essa é a previsão da cientista política Leany Barreiro, que acaba de retornar ao Brasil depois de estudar as relações entre os dois Poderes como pesquisadora visitante associada do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra.

De acordo com a pesquisadora, na próxima legislatura, deputados e senadores deverão dedicar pelo menos um terço de seus trabalhos ao acompanhamento das atividades do governo, até mesmo seguindo uma tendência interna-

cional. No caso brasileiro, porém, o trabalho de fiscalização deverá tornar-se ainda mais intenso por causa do clima de enfrentamento político que marcou o país ao longo dos últimos meses.

– Com a possível reeleição de Lula, atual presidente da República, vai haver um acirramento do processo de investigação, uma vez que ele já tomara posse enfraquecido. O presidente tem apoio popular, mas esse apoio não é refletido na representação partidária no Congresso – observa Leany.

Mesmo no caso de vitória da oposição, a seu ver, a atividade de fiscalização deverá manter o seu atual grau de importância. Isso

porque o PT, após o exercício do poder, já terá maior intimidade com a máquina pública. Com isso, poderá exercer com maior competência, por exemplo, a tarefa de cobrar informações do governo.

A ênfase continuada nas investigações vem sendo indicada, por analistas políticos, como risco à retomada de uma agenda legislativa mais ambiciosa – que inclua, por exemplo, as reformas tributária, política e trabalhista.

Para a pesquisadora, a própria prática internacional tem demonstrado que os presidentes reeleitos conseguem aprovar no Legislativo menos propostas de seu interesse do que no primeiro

mandato. Conforme Leany, essa situação já teria ocorrido no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando uma coalizão mais estável garantia a governabilidade.

Atualmente, compara ela, o governo é sustentado por uma coalizão mais fraca dentro de um Congresso bastante “fragmentado”.

– Além disso, neste momento, não há uma agenda clara para os próximos quatro anos. Fala-se em diversas reformas, mas a falta de clareza sobre elas e a dificuldade de se construir consensos podem levar à aprovação apenas de reformas parciais – acredita a cientista social.

Moreira Mariz



O Congresso, segundo pesquisadora, deve dedicar um terço do seu trabalho no próximo ano a fiscalizar as ações do Poder Executivo

Controle do governo segue tendência internacional

O chamado controle “horizontal” do governo – como o exercido pelo Legislativo sobre o Executivo – ganha, na opinião da cientista política Leany Barreiro, cada vez mais importância como um complemento do processo eleitoral. Para a pesquisadora, essa atividade contribui para o aperfeiçoamento da “qualidade da democracia”.

O controle, porém, é exercido de formas diferentes no Brasil e nos Estados Unidos, segundo pesquisa feita por Leany. No Brasil, a ênfase tem recaído sobre os pedidos de informação ao Poder Executivo. Nos Estados Unidos, no entanto, as principais estrelas

do trabalho de acompanhamento do governo são as audiências públicas, conforme ressalta a cientista política em sua tese de doutorado *Controle Legislativo em Democracias Presidencialistas: Brasil e Estados Unidos em Perspectiva Comparada*.

Os dados obtidos pelos parlamentares a partir de requerimentos de informação dirigidos ao governo brasileiro, observa Leany, têm sido repassados a organizações não-governamentais e a grupos de interesse ligados às bases dos parlamentares. Com isso, lembra, a sociedade acaba obtendo informações às quais de outra forma não teria acesso.

As audiências públicas, de acordo com ela, têm importância bem maior nos Estados Unidos que no Brasil. O Congresso norte-americano, de acordo com seus cálculos, realiza oito vezes mais audiências do que o brasileiro. Leany registra que os parlamentares dos Estados Unidos têm maior poder de barganha sobre o Executivo, por sua atuação mais decisiva na liberação de verbas orçamentárias.

– Se eles não tivessem esse poder, os integrantes do governo não teriam que explicar direitinho ao Congresso, nas audiências, onde é aplicado o dinheiro público – diz Leany Barreiro.

Eleições mobilizam 125,9 milhões de brasileiros

Neste domingo, 125.913.479 milhões de eleitores brasileiros deverão comparecer às urnas para votar para presidente da República, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital. São, ao todo, 1.627 cargos que estão sendo disputados, segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

As eleições vão ser realizadas em 91.244 locais de votação em 5.658 municípios em todo o país. Juntos, os municípios somam 3.073 zonas eleitorais. O número total de urnas eletrônicas que serão utilizadas nas votações é de 380.945. Mas a Justiça Eleitoral reservou ainda outras 51.685 urnas, preparadas para eventuais reposições em caso de pane nos equipamentos.

Mais de 1 milhão de mesários vão trabalhar nestas eleições. Somados aos servidores da Justiça Eleitoral e aos voluntários, devem totalizar no pleito de domingo cerca de 3 milhões de pessoas trabalhando.



Serão utilizadas nas votações 380.945 urnas eletrônicas, e há outras 51.685 de reserva

Guilherme Filho/SECO/MT